



CONTRATO nº 123 /2025

Livro 01/2025, às fls. 63

Processo Administrativo nº 9900219669/2025.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADOS ESCOLARES QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A SILK FAST INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, integrada ao Município de Niterói, com sede à Rua Visconde do Uruguai, nº 414, Centro, Niterói/RJ, inscrita no CNPJ sob o Nº. 39.244.595/0001-66, neste ato representada por sua presidente **ANDREA ROSA BELLO**, portadora da Matrícula Funcional nº 11.238.037-8, doravante denominada, e do outro lado, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, **SILK FAST INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA**, situada à Avenida das Américas, nº 2111, Barra da Tijuca/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 02.571.408/0001-49, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **GISELE OLIVEIRA ALVES DE SOUZA**, inscrita no CPF sob o nº 079.589.587-90, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE COMPRA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9900219669/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 14.730/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE COMPRA**, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 015/2025/ Ata de Registro de Preços 005/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de uniformes escolares -1ª Retirada do Lote 1: (Bermuda helanca; Short-saia helanca; Jaqueta unissex helanca; Calça jeans feminina e Masculina e Meia escolar com proteção antimicrobiana), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2 Objeto da contratação: Aquisição de uniformes escolares, calçados e camisas para eventos;
- 1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1 O Termo de Referência;
 - 1.3.2 O Edital de Licitação;
 - 1.3.3 A Proposta do Contratado que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos e anexos, cederá àquelas;
 - 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados;
 - 1.3.5 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.
- 2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVII)

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA: PREÇO (art. 92, V)**

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 6.363.603,17 (seis milhões trezentos e sessenta e três mil seiscentos e três reais e dezessete centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO** o valor total de R\$ 6.363.603,17 (seis milhões trezentos e sessenta e três mil seiscentos e três reais e dezessete centavos), diretamente na conta corrente de titularidade do **CONTRATADO**, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.

6.2. No caso de o **CONTRATADO** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói ou, caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de o **CONTRATADO**, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**.

6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4. O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Fundação Municipal de Educação, situada à Rua Visconde do Uruguai, nº 414, Centro, no Município de Niterói.

6.5. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar: a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório; b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério;

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



6.7.2 O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo **CONTRATADO**, ficando vedada a emissão de nota de empenho do **CONTRATANTE** diretamente aos subcontratados.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.4 Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do **CONTRATADO**;

7.1.6 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.7 Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO**, do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.1.8 Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste contrato;

7.1.9 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9.1 O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.10 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

7.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, §4º da Lei nº 14.133/2021.

7.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATANTE** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.13 O presente contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1 O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8.3 Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do **CONTRATADO**; 4) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do **CONTRATADO**; 5) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

8.8 Responsabilizar pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.10 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021);

8.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);

8.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

8.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

8.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

8.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.20 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR**, **LICITANTE** ou **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021:

9.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;



9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

9.1.5.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.5.4 Deixar de apresentar amostra;

9.1.5.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório.

9.1.6 Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

9.1.9 Fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.10.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.10.4 Apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.2 Serão aplicadas ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1 **Advertência**, prevista no art. 156, I §2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 9.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2 **Multa Administrativa**, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pelas infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros: a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 9.1.1, incidente sobre o valor anual do contrato; b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, incidente sobre o valor anual do contrato; c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, incidente sobre o valor anual do contrato.

9.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 9.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

11.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

9.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 9.13.

9.2.2.4 A penalidade de multa poder ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 **Impedimento de licitar e contratar**, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.2.4 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, prevista no art. 156, IV, §5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.



9.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

9.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 11.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

9.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

9.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória do valor do Contrato.

9.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

9.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

9.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação: a) as sanções previstas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Des-pesa; b) a aplicação da sanção prevista no item 11.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva: b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal; b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

9.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

9.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

9.7.2 A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de: a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.1 e 9.2.2, contado da data da intimação; b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.3 e 9.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

9.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma: a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 9.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

9.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



9.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

9.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

9.11.1 O **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Município e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

9.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para Controladoria Geral do Município – CGM, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói, bem como para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

9.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

9.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

9.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem as leis municipais, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria Fiscal deverá ser consultada.

CLÁUSULA DÉCIMA: EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

10.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3 Indenizações e multas.

10.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do Município de Niterói deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



11.1.1 Fonte de Recursos: 1.573.00 e 1.500.00;

11.1.2 Programa de Trabalho: 20.43.12.361.0135.4067; 20.43.12.365.0135.4066 e 20.43.12.361.0135.6038;

11.1.3 Elemento da Despesa: 3.3.3.9.0.32.00.00.00;

11.1.4 Nota de Empenho: 002318/2025; 002319/2025; 002320/2025 e 002321/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO REAJUSTE (ART. 92, V)

12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2 Após o interregno de um ano, mediante solicitação do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2.1 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.5.1 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

12.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

12.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

12.10 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

12.11 O reajuste será realizado por apostilamento.

12.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

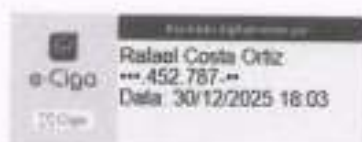
16.2 O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos de forma amigável, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

X

ANDREA ROSA BELLO
PRESIDENTE/FME



gov.br

Documento assinado digitalmente
GISELE OLIVEIRA ALVES DE SOUZA
Data: 30/12/2025 17:37:34 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br/>

X

SILK FAST INDUSTRIA E COMERCIO DE MALH...
CONTRATADO

Testemunhas:

1

CPF Nº: _____

2

CPF Nº: _____

3.3.3.9.0.39.38.00.00 Fonte de Recurso: 1.899.50 Programa de Trabalho: 25.45.10.301.0133.6151 / 25.45.10.302.0133.6154; **Fundamento:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, considerando a justificativa constante do Processo Administrativo nº 9900117498/2024, bem como as disposições do respectivo Edital de Licitação e as cláusulas do Contrato nº 037/2023; **Data da Assinatura:** 23.12.2025

EXTRATO Nº 088-2025 | CONTRATO FESAÚDE Nº 033-2023

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e RICARDO DEALMEIDA HOFFMANN;

Objeto: Locação do imóvel situado no endereço a seguir: Rua Desembargador Aires Itabaiana, nº 028, bairro Vital Brazil, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 24.230-460, inscrito no PMN sob o nº 369027, com matrícula no 3º Subdistrito do 1º Distrito do Município de Niterói, para abrigar as instalações provisórias do Módulo Médico de Família (MMF Vital Brazil), com vistas a atender as demandas da instalação; **Prazo:** 36 (trinta e seis) meses, com início na data de 18 de dezembro de 2025 e encerramento em 18 de dezembro de 2028; **Valor:** O valor do aluguel mensal é de R\$ 8.000,00 (oito mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), pelo prazo total de 36 (trinta e seis) meses; **Verba:** Gestão/Unidade: 45; **Fonte:** 1.899.50, Programa de Trabalho: 25.45.10.301.133.6151; **Fundamento:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, considerando a justificativa constante do Processo Administrativo nº 9900238160/2025; **Data da Assinatura:** 17.12.2025.

EXTRATO Nº 091-2025 | 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FESAÚDE Nº 035-2023

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e TASSO DORCHETE COUTINHO e RELIANE MUSSOI DORCHETE; **Objeto:** Prorrogação de contrato de locação do imóvel sito à Rua Francisco Sardenha, 102, bairro Engenheira -Niterói/RJ, CEP 24.110-645, inscrito no PMN sob o nº 140.601-6, com matrícula no 15º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Niterói, sob o nº 1.576, para a instalação provisória do Módulo Médico de Família Nova Brasília (MMF Nova Brasília); **Prazo:** 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, que valerá de 29 de dezembro de 2025 até 29 de dezembro de 2026; **Valor:** Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), totalizando o valor de R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais) para o atual contrato; **Dotação orçamentária:** Natureza das Despesas: 33.90.39 Fonte de Recurso: 1.899.50 Programa de Trabalho: 25.45.10.301.133.6151; **Fundamento:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, considerando a justificativa constante do Processo Administrativo nº 9900065958/2023, bem como as disposições do respectivo Edital de Licitação e as cláusulas do Contrato nº 035/2023; **Data da Assinatura:** 23.12.2025

EXTRATO Nº 091-2025 | 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FESAÚDE Nº 035-2023

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e TASSO DORCHETE COUTINHO e RELIANE MUSSOI DORCHETE; **Objeto:** Prorrogação de contrato de locação do imóvel sito à Rua Francisco Sardenha, 102, bairro Engenheira -Niterói/RJ, CEP 24.110-645, inscrito no PMN sob o nº 140.601-6, com matrícula no 15º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Niterói, sob o nº 1.576, para a instalação provisória do Módulo Médico de Família Nova Brasília (MMF Nova Brasília); **Prazo:** 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, que valerá de 29 de dezembro de 2025 até 29 de dezembro de 2026; **Valor:** Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), totalizando o valor de R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais) para o atual contrato; **Dotação orçamentária:** Natureza das Despesas: 33.90.39 Fonte de Recurso: 1.899.50 Programa de Trabalho: 25.45.10.301.133.6151; **Fundamento:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, considerando a justificativa constante do Processo Administrativo nº 9900065958/2023, bem como as disposições do respectivo Edital de Licitação e as cláusulas do Contrato nº 035/2023; **Data da Assinatura:** 23.12.2025

EXTRATO Nº 090-2025 | 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FESAÚDE Nº 008-2021

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Objeto: Prorrogação do prazo do Contrato nº 006/2021, relativo ao serviço de administração, gerenciamento de sistema informatizado e integrado para emissão e personalização sistêmica do crédito para recarga de cartão magnético de passagem; **Prazo:** 12 (doze) meses, a contar do dia 27/12/2025, com seu término em 27/12/2026, dando-se ao contrato o prazo total de 60 (sessenta) meses; **Valor:** Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 69.206,40 (sessenta e nove mil, duzentos e seis reais e quarenta centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 284.441,20 (duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte centavos); **Dotação orçamentária:** Natureza das Despesas: 33.90.49 Fonte de Recurso: 1.899.50 Programa de Trabalho: 25.45.10.302.145.590; **Fundamento:** Art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Processo Administrativo nº 9900079533/2024, bem como as disposições do respectivo Edital de Licitação e as cláusulas do Contrato nº 006/2021; **Data da Assinatura:** 26.12.2025

EXTRATO Nº 087-2025 | 4º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO FESAÚDE Nº 015-2023

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e a empresa GUSTO NUTRICAÇÃO E ALIMENTAÇÃO LTDA; **Objeto:** O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a repactuação dos valores relativos à mão de obra, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, retroativos à data-base da categoria, com fundamento no Parágrafo Oitavo da Cláusula 9ª do Contrato Fesaúde nº 15/2023; **Valor:** Dá-se a este termo de apostilamento o valor total de R\$ 39.449,40 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), a partir de 01/03/2025, data-base da categoria, até 27/05/2025, data final do aditivo vigente, totalizando o valor do contrato em R\$ 5.911.008,61 (cinco milhões, novecentos e onze mil, oitenta e oito reais e sessenta e um centavos); **Dotação orçamentária:** Natureza das Despesas: 3.3.3.9.0.39.00.00 Fonte de Recurso: 1.899.50 Programa de Trabalho: 25.45.10.302.133.6154; **Fundamento:** art. 57, inciso II e art. 58, inciso II e arts. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, e seu § 1º, todos da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista a justificativa contida no processo administrativo nº 9900037817/2024; **Data da Assinatura:** 16.12.2025

EXTRATO Nº 088-2025 | 2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO FESAÚDE Nº 033-2023

Partes: Fundação Estatal de Saúde de Niterói e a empresa Conquista Serviço e Terceirização de Mão De Obra LTDA; **Objeto:** O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a repactuação dos valores relativos à mão de obra, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, retroativos à data-base da categoria, com fundamento no Parágrafo Oitavo da Cláusula Nova do Contrato Fesaúde nº 033/2023, combinado com o Parágrafo Segundo da Cláusula Terceira (Do Regime), do 2º Termo Aditivo ao Contrato; **Valor:** Dá-se a este termo o valor total de R\$ 437.708,02 (quatrocentos e trinta e sete mil e setecentos e oito reais e dois centavos), a partir de 01/03/2025, data-base da categoria, até 22/01/2026, data final do aditivo vigente, totalizando o valor do contrato em R\$ 8.822.075,14 (oito milhões e oitocentos e vinte e dois mil e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos); **Dotação orçamentária:** Natureza das Despesas: 3.3.3.9.0.39.00.00 Fonte de Recurso: 1.899.50 Programa de Trabalho: 25.45.10.301.0133.6151 / 25.45.10.302.0133.6154; **Fundamento:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, considerando a justificativa constante do Processo Administrativo nº 9900113791/2024, bem como as disposições do respectivo Edital de Licitação e as cláusulas do Contrato nº 033/2023; **Data da Assinatura:** 16.12.2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde comunica aos interessados a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para o Sistema de Registro de Preços, conforme detalhado a seguir:

Período para entrega de proposta: 25/12/2025 10h até 14/01/2026, às 11h (horário de Brasília); **Abertura da Sessão Pública:** 14/01/2026, às 11h (horário de Brasília)

Local: Plataforma www.gov.br/compras; **Objeto:** Aquisição de Curativos para atender as demandas desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde).

ID do procedimento no PNCP: 34906284000100-1-000047/2025

Processo Administrativo nº 9900207203/2025

O Edital e seus anexos estão disponíveis em: www.gov.br/compras e o processo administrativo pode ser acessado em <https://niteroi.rj.gov.br/processo-eletronico/>.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde comunica aos interessados a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para o Sistema de Registro de Preços, conforme detalhado a seguir:

Período para entrega de proposta: 25/12/2025 10h até 14/01/2026, às 11h (horário de Brasília); **Abertura da Sessão Pública:** 14/01/2026, às 11h (horário de Brasília)

Local: Plataforma www.gov.br/compras; **Objeto:** Aquisição de Insumos de Laboratórios para atender as unidades de saúde sob a gestão desta Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde).

ID do procedimento no PNCP: 34906284000100-1-000046/2025

Processo Administrativo nº 990020652/2025

O Edital e seus anexos estão disponíveis em: www.gov.br/compras e o processo administrativo pode ser acessado em <https://niteroi.rj.gov.br/processo-eletronico/>.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 914/FME/2025: Institui Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 124/2025. **OBJETO:** Aquisição de materiais esportivos diversos, em atendimento às demandas da Rede Municipal de Educação de Niterói, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

GESTORA: Juliana Machado Ramos de Souza, Matrícula nº 2460480. Cargo: Diretora. Lotação: Gabinete da Presidência/FME. **GESTOR SUBSTITUTO:** João César Araújo da Silva, Matrícula nº 234066-5. Cargo: Professor II. Lotação: Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional/FME. **FISCAL:** Diego de Souza Maceira Belay, Matrícula nº 237818-4. Cargo: Professor II. Lotação: Gabinete da Presidência/FME. **FISCAL SUBSTITUTO:** Rana Carolina Falcão Hspanhol, Matrícula nº 238.051-4. Cargo: Assessor Lotação: Gabinete da Presidência/FME. **PARTES:** FME e LT COMERCIO EM GERAL LTDA. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.950/2015. **PROCESSO:** 9900134405/2025.

PORTARIA Nº 916 /FME/2025- Institui Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 125/2025. **OBJETO:** Aquisição de kits escolares, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 15/2024, que tem como órgão gerenciador o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio do Pará - CISPASA. **GESTOR:** Armando de Castro Carqueia Azevedo, Matrícula nº 2479550. Cargo: Subsecretário. Lotação: Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional/SME. **FISCAIS:** 1) Renata Araújo de Castro Ferreira, Matrícula nº 2340420. Cargo: Supervisora Educacional. Lotação: Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional/SME. 2) Magno Sales Coutinho, Matrícula nº 2371565. Cargo: Pedagogo. Lotação: Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional/SME. **PARTES:** FME e BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.950/2015. **PROCESSO:** 990026681/2025.

PORTARIA Nº 917/FME/2025

Institui Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato nº 123/2025.

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares - 1ª Retirada do Lote 1. (Bermuda helanca, Short-sala helanca, Jaqueta unissex helanca, Calça jeans feminina e Masculina e Mela escolar com proteção antimicrobiana), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. **GESTORA:** Mariana Pereira de Oliveira, Matrícula nº 247914-0. Cargo: Subsecretária. Lotação: Subsecretaria de Gestão Escolar. **FISCAIS:** 1) Camilla Ferreira Souza Azevedo, Matrícula nº 236091-5. Cargo: Professor II. Lotação: Gabinete da Presidência/FME. 2) Lorena Neves Pestana Ribeiro, Matrícula nº 237974-5. Cargo: Professor. Lotação: Departamento Administrativo. **PARTES:** FME e SILK FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.950/2015. **PROCESSO:** 990026600/2025.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATOS Nº 123/2025

PROCESSO: 9900261600/2025. **INSTRUMENTO:** Termo de Contrato nº 123/2025. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como CONTRATANTE, e, do outro lado SILK FAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.571.408/0001-49, como CONTRATADA. **OBJETO:** Aquisição de uniformes escolares - 1ª Retirada do Lote 1. (Bermuda helanca, Short-sala helanca, Jaqueta unissex helanca, Calça jeans feminina e Masculina e Mela escolar com proteção antimicrobiana), nas condições estabelecidas no Termo de Referência. **PREÇO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 6.363.603,17 (seis milhões trezentos e sessenta e três mil seiscentos e três reais e dezessete centavos). **VERBA:** NATUREZA DAS DESPESAS: 3.3.3.9.0.32.00.00.00, PROGRAMA DE TRABALHO: 20.43.12.361.0135.4067, 20.43.12.365.0135.4066 e 20.43.12.361.0135.6038. **FONTES DE RECURSO:** 1.573.00 e 1.500.00. **NOTAS DE EMPENHO:** 002318/2025, 002319/2025, 002320/2025 e 002321/2025. **FUNDAMENTO:** Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 14.730/2025. **DATA DE ASSINATURA:** 30/12/2025.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATOS Nº 124/2025

PROCESSO: 9900134405/2025. **INSTRUMENTO:** Termo de Contrato nº 124/2025. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como CONTRATANTE, e, do outro lado, LT COMERCIO EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.927.639/0001-52, como CONTRATADA. **OBJETO:** Aquisição de materiais esportivos diversos, em atendimento às demandas da Rede Municipal de Educação de Niterói, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. **PREÇO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 2.578.171,98 (dois milhões quinhentos e setenta e oito mil cento e setenta e um reais e noventa e oito centavos). **VERBA:** NATUREZA DAS DESPESAS: 3.3.3.9.0.30.00.00.00 e 3.3.3.9.0.32.00.00.00, PROGRAMA DE TRABALHO: 20.43.12.361.0135.6038. **FONTES DE RECURSO:** 1.500.00, 1.573.00 e 1.500.14. **NOTAS DE EMPENHO:** 002296/2025, 002297/2025, 002298/2025, 002299/2025, 002300/2025, 002301/2025 e 002302/2025. **FUNDAMENTO:** Lei nº 14.133/2021 (art. 66, §2º), do Decreto Municipal nº 14.730/2025. **DATA DE ASSINATURA:** 29/12/2025. **OMITIDO em DO no dia 30/12/2025.**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATOS Nº 125/2025

PROCESSO: 990026681/2025. **INSTRUMENTO:** Termo de Contrato nº 125/2025. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como CONTRATANTE, e, do outro lado, BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.210.551/0001-01, como CONTRATADA. **OBJETO:** Aquisição de kits escolares, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 15/2024, que tem como órgão gerenciador o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio do Pará - CISPASA. **PREÇO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 11.600.752,47 (onze milhões oitocentos mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos). **VERBA:** NATUREZA DAS DESPESAS: 3.3.3.9.0.32.00.00.00, PROGRAMA DE TRABALHO: 20.43.12.361.0135.6038. **FONTES DE RECURSO:** 1.500.56 e 1.500.14. **NOTAS DE EMPENHO:** 002310/2025, 002311/2025, 002312/2025, 002313/2025, 002314/2025 e 002315/2025. **FUNDAMENTO:** Lei nº 14.133/2021 (art. 66, §2º), do Decreto Municipal nº 14.730/2025. **DATA DE ASSINATURA:** 30/12/2025.

TERMO ADITIVO Nº 143/2025

PROCESSO: 9900214821/2025 e 9900009157/2024. **INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 143/2025 ao Contrato nº 210/2024. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e, do outro lado, CONTECK COMERCIO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.9587.395/0001-37. **OBJETO:** Prorrogação, do prazo de vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, a partir de 30/12/2025 até 31/12/2026, dando-se ao Contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTO:** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **DATA DE ASSINATURA:** 29/12/2025.

A Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto nº 5.178/91 - de 26 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991.

RESOLVE:

Licença Especial - Deferido.

Proc. 9900130583/2025 - Cláudia Siqueira Costa Pontê.

Corrigenda

Na Publicação do dia 24/12/2025, Redação de Carga Horária - Deferido.

Onde se lê: Proc. 9900217597/2025 - Fabiana Duarte Moreira Rodrigues.

Leia-se: Proc. 9900217597/2025 - Fabiana Duarte Moreira Rodrigues.

NITERÓI PREV.

PORTARIA Nº 579/NITPREV/2025- O PRESIDENTE DA NITERÓI PREV, no uso de suas atribuições, considerando a Lei 2.288 de 29/12/2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Niterói,

RESOLVE:

CONCEDER, a contar de 27/09/2025, pensão mensal a MARIA JOSÉ VITAL DO NASCIMENTO MONTEIRO, na condição de cônjuge do ex-servidor JOÃO BATISTA MONTEIRO, aposentado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE - CLASSE A - REFERÊNCIA IX - NÍVEL ELEMENTAR - DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, matrícula nº 226.861-3, falecido em 27/09/2025, de acordo com o artigo 6º, inciso I, artigo 13, inciso II, alínea "a", observado o disposto no artigo 7º, inciso II, alínea "b", item 6, ambos da Lei Municipal nº 2.288/05, com nova redação dada pela Lei nº 3.248/2015; o artigo 2º, inciso I, da Lei 10.887/04, Parágrafo Único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2006, o artigo 40, §7º, inciso I da CRFB/88, com redação dada pela E.C. nº 41/2003 e o artigo 24 da E.C. nº 103/2019, conforme processo nº 9900227847/2025.

FIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica fixada, a contar de 27/09/2025, em R\$2.315,52 (dois mil trezentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos) a pensão mensal de MARIA JOSÉ VITAL DO NASCIMENTO MONTEIRO, na condição de cônjuge do ex-servidor JOÃO BATISTA MONTEIRO, aposentado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE - CLASSE A - REFERÊNCIA IX - NÍVEL ELEMENTAR - DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, matrícula nº 226.861-3, falecido em 27/09/2025, conforme parâmetros abaixo discriminados.

Proventos do cargo: Lei Municipal nº 4.027/2025, publicada em 26/08/2025 c/c Lei Municipal 2.104/2003 - R\$1.716,29.

Adicional por tempo de serviço - 35% (trinta e cinco por cento): Artigos 98, I, e 145, ambos da Lei Municipal nº 531/85, calculado sobre o vencimento base do cargo efetivo - R\$600,32.

TOTAL: R\$2.316,52

PORTARIA Nº 580/NITPREV/2025- O PRESIDENTE DA NITERÓI - PREV, no uso de suas atribuições, considerando a Lei 2.288 de 29/12/2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Niterói,